



Recebido em: 25/04/2024

Aprovado em: 04/05/2024
DOI: 10.18554/ifd.v11i1.6814

Publicado em: 30/06/2024

Heloisia Cristina Silva Taissum¹
Anderson Claytom Ferreira Brettas²

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: A DUALIDADE DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NA CONTEMPORANEIDADE

PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: THE DUALITY OF INTEGRATED HIGH SCHOOL IN CONTEMPORARY TIMES

RESUMO: A separação da educação em duas vertentes imposta pelo capitalismo, dividida em educação para a burguesia e outra para a classe trabalhadora, foi motivo de questionamentos por parte daqueles que defendem uma educação para o trabalho, que seja igualitária e de formação integral do ser humano. Essa pesquisa faz uma síntese temática sobre o dualismo entre a Educação Profissional e o Ensino Médio. O objetivo desse trabalho foi destacar os desafios enfrentados pelo Ensino Médio Integrado diante do dualismo na educação brasileira. Nos procedimentos metodológicos a pesquisa é de abordagem qualitativa, realizada por meio de revisão bibliográfica. O resultado apresenta os seguintes desafios: propostas educacionais cujo eixo não está centrado na formação integral do indivíduo; a Educação Profissional ainda não contempla a construção de um sujeito emancipado; necessidade de um currículo integrado, articulando trabalho e ensino, prática e teoria; o retrocesso para a Educação Profissional ocasionada pela BNCC que reforça a dualidade estrutural existente e proporciona o sucateamento de conteúdos no ensino médio; a utilização da educação como ferramenta aos interesses financeiros atendendo às demandas do capitalismo; terceirização da Educação Profissional para o setor privado e diminuição dos investimentos por parte do governo federal que prejudica a qualidade do ensino profissionalizante. Por fim, as leituras remetem a uma análise coletiva da situação atual para pensar nos próximos passos em direção a um ensino médio efetivamente integrado à Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-chave: Dualidade; Educação Profissional; Ensino Médio Integrado.

ABSTRACT: The separation of education in two ways imposed by capitalism, divided into education for the bourgeoisie and another one for the working class was a reason for questioning by those who defend education for labor, which is equalitarian and for the integral formation of the human being. This research makes a thematic synthesis of the dualism between professional education and high school. The aim of this work was to highlight the challenges faced by integrated high school education in the face of dualism in Brazilian education. In the methodological procedures, the research has a qualitative approach, carried out through a literature review. The result presents the following challenges: educational proposals whose axis is not centered on the

¹ Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (IFTM) - E-mail: heloisia.taissum@estudante.iftm.edu.br - ORCID <https://orcid.org/0000-0003-0288-7461>

² Possui graduação em Ciências Sociais (UFMG), licenciatura em História (Simonsen), especialização em Ciência Política (UFF), mestrado e doutorado em Educação (Universidade Federal de Uberlândia). Realizou estágios pós-doutorais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (História Latinoamericana), e na Universidad del Magdalena - em Santa Marta, Colômbia (História Econômica). Professor do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Campus Uberaba, onde atua como docente permanente e Coordenador Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica - Mestrado e Doutorado Profissional em Educação Tecnológica (MPET); professor permanente no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional (ProfEPT). E-mail: andersonbrettas@iftm.edu.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3428-6513>



integral formation of the individual; professional education still does not contemplate the construction of an emancipated subject; the need for an integrated curriculum, articulating work and teaching, practice, and theory; the setback for professional education caused by the BNCC that reinforces the existing structural duality and provides the scrapping of content in high school; the use of education as a tool for financial interests meeting the demands of capitalism; outsourcing of professional education to the private sector and decreases in investments by the federal government that undermines the quality of vocational education. Finally, the readings lead to a collective analysis of the current situation to think about the next steps towards a high school effectively integrated into professional and technological education.

Keywords: Duality; Vocational education; Integrated High School.

INTRODUÇÃO

A divisão de classes imposta pelo capitalismo implicou em mudanças na educação ao longo do tempo, separando a educação e o trabalho, de forma que os filhos de proprietários eram contemplados com a educação intelectual e os filhos dos não proprietários com a educação voltada ao processo de trabalho. Podemos observar que para o capitalismo apenas a burguesia pode se beneficiar da escola como instrumento do saber. Já a classe dos trabalhadores apenas com formação prática, sem conhecer os fundamentos teóricos, ou seja, a educação intelectual. Assim, fica claro que o capitalismo separou a educação em duas vertentes: a educação para a burguesia e a educação para a classe trabalhadora que atende a necessidade do modo de produção capitalista (Espírito Santo, 2021).

Essa separação foi motivo de questionamentos por parte daqueles que defendem uma educação para o trabalho, que seja igualitária e de formação integral do ser humano. A ideia é não existir uma educação fragmentada, utilitarista mais sim uma educação integral politécnica baseada também nos princípios do trabalho e da ciência, e não somente da tecnologia. É importante refletir sobre uma formação integral do ser humano, agregando o trabalho como princípio educativo³, unindo teoria e prática para superar a divisão de capital e trabalho (Gramsci, 2001).

³ [...] o princípio educativo no qual se baseavam as escolas primárias era o conceito de trabalho, que não pode se realizar em todo seu poder de expansão e de produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida dos homens entre si, ordem que deve ser respeitada por convicção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta a si mesmo como liberdade e não por simples coerção. (Gramsci, 2001, p. 09).



Por isso, surge a necessidade da Educação Profissional, como uma vertente que seja integrada e que minimize a dicotomia que se baseia o modelo de ensino na educação básica brasileira.

Para Gramsci (2001), o trabalho deve ser considerado como princípio educativo da formação humana, ele defende uma escola única que contemple a cultura geral, humanista, formativa onde o desenvolvimento da capacidade de trabalho intelectual esteja presente. O autor também entende que essa formação dualista que existe na escola é fruto de uma necessidade do capitalismo moderno. Critica a formação da escola clássica e dualista que oferta o ensino clássico⁴ para a burguesia e o profissional para os operários.

Nesse contexto, esta pesquisa versa sobre a temática do dualismo entre a Educação Profissional e o ensino médio em busca de uma integração que seja realizada de forma efetiva para a formação humana integral do indivíduo. O objetivo é destacar os desafios enfrentados pelo Ensino Médio Integrado diante do dualismo na educação brasileira.

Nos procedimentos metodológicos a pesquisa é de abordagem qualitativa, realizada através de revisão bibliográfica, com a busca de artigos científicos no Google Acadêmico. Foram encontrados 188 resultados, dos quais foram selecionados 17 trabalhos, após uma leitura prévia 06 foram escolhidos para embasar essa escrita. Foram selecionados os trabalhos acadêmicos dos autores Espírito Santo (2021), Santos (2019), Lopes (2020), Souza (2021), Amaral (2021) e Santos (2021). Também foram considerados os autores de livros como Moura (2010), Gramsci (2001), Frigoto, Ciavata e Ramos (2012). Estes autores abordam a questão do dualismo entre a Educação Profissional e o Ensino Propedêutico que reflete uma divisão histórica e estrutural no sistema educacional, marcada pela separação entre a formação técnica, voltada para o trabalho manual, e a formação geral ou humanista, destinada ao desenvolvimento intelectual e crítico.

⁴ Para Gramsci (2001) o ensino clássico baseado em disciplinas como filosofia, literatura, história e línguas antigas (como o latim e o grego), tem como objetivo formar o pensamento crítico e capacitar os indivíduos a serem autônomos intelectualmente e politicamente. Ele associa esse tipo de ensino à formação das elites dirigentes com o objetivo de perpetuar o domínio cultural da classe dominante, mantendo sua liderança intelectual sobre as demais classes.



A estrutura desse artigo é composta por duas seções, sendo:

Na primeira, “Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil”, uma linha do tempo é apresentada demonstrando a evolução da Educação Profissional no Brasil até os dias atuais, elucidando várias tentativas de integração com o ensino médio. Integração necessária para uma formação omnilateral no espaço educativo. É realizada também uma discussão lógica sobre a dualidade educacional incentivada pelo sistema capitalista de produção, presente na educação brasileira até os dias de hoje, amparado pelo capitalismo contemporâneo.

Na segunda, “O Ensino Médio Integrado”, é destacada a importância da integração entre ensino médio e ensino técnico, priorizando o Trabalho, a Ciência e a Cultura. Diante do contexto de que as políticas educacionais estão cada vez mais articuladas com o mercado de trabalho, com a necessidade de qualificação dos trabalhadores para atender as demandas que o capitalismo propõe, fica cada vez mais evidente a necessidade de reformas curriculares para essa etapa da educação básica. “A história desta etapa de escolarização no Brasil é o resultado da tensão entre educação geral e educação específica, ou seja, entre uma educação de formação geral, propedêutica, e uma educação específica, profissionalizante, técnica.” (Espírito Santo, 2021, p. 03).

Por fim, nas considerações finais serão elencados alguns elementos considerando os desafios que o Ensino Médio Integrado enfrentou e ainda enfrenta na tentativa de eliminar o dualismo existente na educação brasileira.

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

A origem da Educação Profissional ocorreu em 1809, através de um decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, criando o Colégio das Fábricas. Em 1816 foi criada a Escola de Belas Artes, articulando o ensino das ciências e do desenho aos ofícios das oficinas mecânicas. Em 1861 foi criado o Instituto Comercial no Rio de Janeiro, para capacitar pessoal aos cargos públicos das secretarias de estado. A partir da década de 1840 foram criadas dez Casas de Educandos e Artífices nas capitais brasileiras. Em 1854 foram criados os Asilos de Infância dos Meninos Desvalidos, para atender menores



abandonados, nesses asilos aos menores era ensinado as primeiras letras e os egressos eram encaminhados para oficinas públicas e particulares.

Desde os primeiros momentos registrados na história da humanidade, o trabalho tem desempenhado um papel fundamental como uma atividade social essencial para assegurar a subsistência de homens e mulheres. Além disso, tem contribuído significativamente para a estruturação e o funcionamento adequado das sociedades. Nesse sentido, as discussões sobre as reformas educacionais estão sendo sempre retomadas, com o objetivo de adaptar a escola às demandas e necessidades do mercado de trabalho.

No Brasil a Educação Profissional foi criada com sentido assistencialista, para atender órfãos e desvalidos que estavam em condições sociais precárias e para impedir as práticas de ações que estavam na contraordem dos bons costumes (Moura, 2010). Sociedades civis ainda foram criadas no século XIX para que essas crianças órfãs e desamparadas tivessem uma instrução teórica e prática, encaminhando-as para o ensino industrial. Esse sentido assistencialista em que foi criada a Educação Profissional, é caracterizada por Moura como:

Essa lógica assistencialista com que surge a educação profissional é coerente com uma sociedade escravocrata originada de forma dependente da coroa portuguesa, que passou pelo domínio holandês e recebeu a influência de povos franceses, italianos, poloneses, africanos e indígenas, resultando em uma ampla diversidade cultural e de condições de vida ao longo da história – uma marca concreta nas condições sociais dos descendentes de cada um desses segmentos. (Moura, 2010, p. 62).

Entretanto, houve um esforço do poder público na organização da Educação Profissional, deixando de lado a caracterização assistencialista dos menores órfãos e abandonados, no início do século XX, passando a formação de operários para o exercício profissional, atendendo a demanda da industrialização que precisava de profissionais qualificados. Em 1906, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio abarcou a responsabilidade sobre a Educação Profissional, visando atender os ofícios integrantes desses ramos da economia. Nilo Peçanha⁵ em 1909, criou as Escolas de Aprendizes e Artífices, custeadas pelo Estado Brasileiro voltadas para o ensino industrial.

⁵ Nilo Peçanha assumiu a Presidência da República após o falecimento de Afonso Pena, em 14 de junho de 1909 e governou até 15 de novembro de 1910. Nilo Peçanha é *patrono da educação profissional e tecnológica* no Brasil.



É importante salientar que as Escolas de Aprendizizes e Artífices surgiram em um contexto de modernização e urbanização do país, visando atender à demanda por mão de obra qualificada para a crescente industrialização. Além de oferecer uma alternativa educacional às populações mais pobres, essas escolas também buscavam promover inclusão social e diminuir a marginalização de setores desfavorecidos. A iniciativa de Nilo Peçanha é considerada um marco na história da Educação Profissional no Brasil, destacando-se por inaugurar um modelo de ensino técnico vinculado à esfera pública e acessível à população menos favorecida (Saviani, 2007).

No ano de 1910, foi idealizado o ensino agrícola que objetivou capacitar chefes de cultura, administradores e capatazes, que tinha caráter elitista e reproduzia a estrutura social estratificada (Moura, 2010). Ainda na década de 1910, várias escolas caracterizadas como oficinas foram criadas formando ferroviários, isso marcou a organização do ensino técnico aliando a teoria com a prática. A Educação Profissional então seguiu uma nova direção ampliando seu campo de atuação atendendo aos interesses da agricultura e da indústria.

Nessa direção, a Educação Profissional no Brasil consolidou-se como uma estratégia estatal para atender às demandas do processo de industrialização e urbanização em curso. Segundo Saviani (2007), essas escolas representaram uma tentativa de responder às necessidades de um mercado de trabalho em transformação, mas dentro de uma lógica educacional dualista.

Chegando na década de 1930 a educação básica foi estruturada totalmente de forma dualista, destinando a educação para os filhos das elites com a finalidade de encaminhá-los ao ensino superior e para os filhos da classe trabalhadora os cursos rural e profissional de caráter terminal atendendo as necessidades dos setores produtivos. Ainda em 1930, foi criado o primeiro ministério cuja responsabilidade também era gerenciar a educação – Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1931, aconteceu uma reforma da educação que estruturou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador.

No ano de 1932, aconteceu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, como objetivo de criar uma escola democrática, onde todos tivessem oportunidades, dividida entre as atividades de humanidades e ciências (de caráter intelectual) e cursos de caráter técnico (mecânicos e manuais). Entretanto não parecia uma escola democrática, a ênfase na cultura tentava esconder a realidade da separação de classes, “apesar do apelo a uma



escola democrática, o manifesto traz em si, mais uma vez, a distinção entre aqueles que pensam e aqueles que executam as atividades” (Moura, 2010, p. 63).

Desse modo, uma nova política foi inaugurada em 1934 delegando para a União a competência de criar diretrizes para a Educação e elaborar o Plano Nacional de Educação. Nesse ano também, a Constituição Brasileira criou vinculação de recursos para a educação. Já a Constituição de 1937 acabou com essa vinculação de recursos, esse era o período do Governo Vargas onde surgiram as escolas vocacionais e pré-vocacionais, de forma colaborativa com sindicatos e indústrias, preparando filhos de operários para os ofícios.

Com a finalidade de organizar a educação básica, na década de 1940, vários decretos e leis foram instituídos, pois, a Educação passou a ter uma importância mais significativa dentro do país. A instituição das diferentes políticas públicas foi um resultado das transformações da indústria brasileira e da dependência tecnológica determinando o sistema produtivo nacional. Dentro dessa perspectiva, a Educação Profissional recebeu um olhar especial por parte das políticas públicas, definindo leis para a formação profissional em cada ramo da economia e a formação de professores em nível médio. Mas a dualidade na educação ainda prevalecia, pois, para chegar ao ensino superior, era necessário ser aprovado em um processo seletivo, e os candidatos necessitavam ter conhecimento dos conteúdos gerais, das Letras, das Ciências das Humanidades, ensino ofertado somente para formação da classe dirigente (Kuenzer apud Moura, 2010, p.65). As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas por grandes transformações políticas e econômicas, que culminaram em grandes mudanças na educação.

Após a Reforma de Capanema⁶ em 1942, é que a Educação Básica e a Profissional foram estruturadas de forma a se relacionar. Foram criados os cursos médios (atual ensino médio), chamados de cursos colegiais de carácter científico e clássico, preparando os estudantes para o ensino superior. Surgiram então os dois níveis da educação brasileira: educação básica e a superior. Já a Educação Profissional ficou constituída pelos cursos normal, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico, comparados ao mesmo nível do colegial, porém não permitiam acesso ao ensino superior. Por meio de exames de adaptação é que surgiu pela primeira vez uma tentativa de

⁶ Reforma de Capanema foi o nome dado às transformações do sistema educacional criadas por Gustavo Capanema o então Ministro da Educação e Saúde em 1942.



aproximação da educação propedêutica⁷ com a Educação Profissional, se os estudantes fossem aprovados nos processos de adaptação poderiam retomar a trajetória acadêmica e continuar os estudos em nível superior, desde que, comprovassem conhecimento nas áreas de ciências, letras e artes, conteúdos que não eram ofertados nos cursos técnicos de nível médio. Também na década de 1940, surgiu o sistema S, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e outros, ratificando a terceirização para a iniciativa privada de formar mão-de-obra produtiva. Novamente o caráter dualista da educação está representado, pois o ensino secundário e o normal formam as elites que conduziriam o país e o ensino profissional estava voltado para a classe trabalhadora.

Em 1948, a primeira Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB) começou a ser idealizada, porém entrou em vigor somente em 1961. A criação da LDB foi pautada por conflitos entre os setores populares e populistas que reivindicavam uma extensão da rede escolar gratuita e a equidade entre o ensino médio propedêutico e o ensino profissionalizante. Foi assim que a primeira LDB/1961 abarcou todos os níveis e modalidades acadêmicas de ensino, proporcionou a liberdade de domínio educacional pela iniciativa privada, e permitiu a equiparação de todos os cursos de nível médio sem necessidade de exames e provas (Moura, 2010). Dessa forma, todos teriam acesso ao ensino superior, resolvendo a questão da dualidade da educação brasileira. Mas os currículos dos cursos propedêuticos e profissionais continuavam a evidenciar uma separação, os conteúdos exigidos para acesso ao ensino superior eram aqueles ofertados à elite, já para os cursos profissionalizantes esses mesmos conteúdos eram reduzidos pois a necessidade era atender ao mundo do trabalho. Um marco importante nessa primeira LDB/1961 foi a estruturação da educação brasileira em três graus: o grau primário, o grau médio (ginasial e colegial) e a educação de grau superior.

A LDB/1961 não vigorou por muito tempo, em 1964 ocorreu o golpe civil-militar, em que o governo então, entendia que a educação é prioridade pois o objetivo era transformar o Brasil em uma grande potência, e era necessário que a educação alavancasse o desenvolvimento. Ainda no regime ditatorial, chega-se a 1971 com uma

⁷ Instrução preparatória, ciência preliminar, introdução a estudos mais desenvolvidos de determinada disciplina. (in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008).



marcante reforma da educação básica, através da Lei nº 5.692/71 – Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus. A ideia era transformar o ensino médio em ensino profissionalizante para todos. A educação passou então a se dividir em dois graus, 1º grau que reunia o primário e o ginásial e o 2º grau que concentrava o colegial. As políticas de governo pretendiam nessa época atender às demandas educacionais das classes populares, que desejavam acesso igualitário ao nível superior, e atender as demandas do mercado de trabalho que surgiram devido aos elevados índices de desenvolvimento.

Diante dessas demandas surgiu a formação técnica profissionalizante em nível de 2º grau. Porém, essa educação profissionalizante foi ofertada somente nas escolas públicas, enquanto que as escolas privadas continuavam a ofertar o ensino propedêutico que eram os conteúdos que davam acesso ao ensino superior. Nas escolas estaduais eram ofertados cursos profissionalizantes de Técnico em Administração, Técnico em Contabilidade, Técnico em Secretariado e outros, dessa forma o mercado de trabalho para essas profissões foi rapidamente preenchido e saturado. Já as escolas técnicas que surgiram, são elas: Escolas Técnicas Federais (ETFs) e Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs), essa última que deu origem aos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) atualmente chamados de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), caminharam em outra direção atendendo a indústria com cursos de Técnico em Mecânica, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Mineração, Técnico em Geologia, Técnico em Edificações, Técnico em Estradas e outros ofertados pelos ETFs e os cursos voltados para o ramo da agropecuária, eram ofertados pelas EAFs. .

Nesta direção, as EAFs foram criadas no Brasil como parte das políticas públicas de Educação Profissional voltadas para atender às demandas do setor agrícola, especialmente em um contexto de modernização do campo e expansão da produção agropecuária. Essas escolas visavam formar técnicos qualificados para atuar no meio rural, combinando ensino técnico e científico com práticas agrícolas.

Convém ressaltar que as ETFs são consideradas referência no currículo dos cursos técnicos de nível médio, naquela época houve a valorização de docentes e o financiamento adequado para o funcionamento dos cursos, o que não acontecia nas escolas públicas. Em conformidade com Moura (2010, p. 69):

cabe mencionar o grande contingente de técnicos de nível médio formados nas ETFs [...] e a significativa quantidade de estudantes egressos das



ETFS que continuaram seus estudos em nível superior, imediatamente após a conclusão do respectivo curso técnico ou posteriormente.

Consequentemente os currículos das escolas públicas ficaram empobrecidos em relação aos conteúdos necessários para acesso ao ensino superior, pois a ênfase era somente na profissionalização. Enquanto que as ETFs não limitaram seus currículos somente a instrumentalização e assim viabilizavam aos educandos a continuação dos estudos em nível superior. Vale ressaltar que a lei tornou obrigatório o 2º grau em nível profissionalizante, mais as escolas da rede privada não atenderam essa obrigatoriedade, reforçando assim a dualidade da educação brasileira. (Moura, 2010).

Em 1988 é promulgada uma nova Constituição Federal, que culmina em 1996 na criação de uma nova LDB a Lei nº 9.394/1996 - Lei Darci Ribeiro-, que dividiu a educação em dois níveis: educação básica e educação superior, e em duas modalidades: Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. Além disso, criou a modalidade complementar que é a Educação Profissional. Nessa época quase não existia mais os cursos profissionalizantes nas escolas estaduais e municipais. As mudanças mais significativas foram a liberação para a rede privada atuar em todos os níveis da educação, e continuava o embate daqueles que defendiam uma educação igualitária para todos, e aqueles que entendiam que era necessário atender a demanda de prestação de serviços através da educação profissionalizante. Dessa forma, o congresso aprova a LDB/1996 consolidando a dualidade entre o Ensino Médio e a Educação Profissional, pois não ocorreu a esperada integração entre as duas formas de ensino. Ficou claro que a Educação Profissional não estava incluída na educação regular, o que contemplou a ideia de Fernando Henrique Cardoso, o então presidente, em 1997, que por meio do decreto nº 2.208/1997 consolidou a separação da Educação Profissional e do ensino médio, deixando de atender a demanda por uma educação integrada, que propicie a formação integral e omnilateral do ser humano. Assim, o ensino médio volta aos conteúdos propedêuticos, e a opção pela Educação Profissional era concomitante com o ensino médio ou posterior a ele. Esse decreto de 1997 trouxe uma reforma na Educação Profissional, desvinculando-a do ensino médio e trazendo um carácter neoliberal para a mesma, pois foi necessário investir na Educação Profissional e para que isso fosse possível foi realizado um financiamento no Banco Mundial, possibilitando a criação do Programa de Expansão da Educação



Profissional (PROEP)⁸. Com esse programa houve a privatização de grande parte do patrimônio público nacional à iniciativa privada, atendendo ao neoliberalismo (Moura, 2010).

O Decreto nº 2.208/1997 também classifica a Educação Profissional em três níveis: básico, técnico e tecnológico. No caso a Educação Profissional de nível tecnológico são aqueles cursos tecnólogos de nível superior, ofertados com menor carga horária em relação aos outros cursos do mesmo nível (superior), definição consagrada pelo Conselho Nacional de Educação por meio de pareceres. A intenção era o fortalecimento do mercado educacional, pois as instituições de ensino superior da rede privada ofertaram esses cursos superiores de tecnologia, e a demanda foi grande, pois o entendimento da sociedade a época era a supervalorização do diploma de nível superior. Moura (2010, p.73) explica que:

A combinação desses fatos, associados à cultura nacional que supervaloriza socialmente o diploma de estudos em nível superior [...] fez com que houvesse uma proliferação sem precedentes na expansão da oferta de cursos superiores de tecnologia na iniciativa privada, sem controle muito eficientes sobre a sua qualidade.

Em 2003, um novo governo assume o país, o então presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, retorna a discussão sobre o Decreto nº 2.208/1997, principalmente com relação a separação do ensino médio da Educação Profissional. Mesmo no período de transição, já foram efetuados vários debates sobre a causa, o que seguiu até meados de julho de 2004, quando foram retomadas as discussões sobre a educação politécnica, com o intuito de superar a dualidade da educação brasileira. O entendimento dessas discussões, seria que a escolha de um seguimento profissional se daria após os 18 anos de idade, ou seja, após concluir todos os níveis da educação básica. Porém, não seria tão fácil implementar uma Educação Profissional integrada diante das desigualdades sociais existentes no país, que direciona os jovens antes mesmo dos 18 anos de idade ao mercado de trabalho, para completar a renda familiar, muitas vezes prejudicando os estudos. Nesse sentido, o viável seria ofertar a esses jovens:

[...] ensino médio que garanta a integralidade de uma educação básica, ou seja, que inclua os conhecimentos científicos produzidos e acumulados historicamente pela sociedade, como também objetivos adicionais de

⁸ Iniciativa do MEC (Ministério da Educação) que busca desenvolver ações integradas da educação com o trabalho, a ciência e a tecnologia, com o objetivo de implantar um novo modelo de Educação Profissional.



formação profissional numa perspectiva da integração dessas dimensões. (Moura, 2010, p.74).

Por causa dessas discussões e reflexões surgiu o Decreto nº 5.154/2004, que revogou o Decreto nº 2.208/1997, mantendo dele somente o ensino concomitante e subsequente dos cursos técnicos, trazendo a esperança novamente de integração do ensino médio a Educação Profissional Técnica de nível médio. O ensino médio estava passando por uma profunda crise, devido a diversos fatores: como a distorção da faixa etária na etapa que antecede o ensino médio, a elevada taxa de evasão escolar, o deficiente financiamento público que afetava a qualidade do ensino médio, impedindo assim uma identidade de formação integral dos jovens. Já que o ideal seria um ensino médio voltado aos adolescentes e ao público da Educação de Jovens e Adultos (EJA), capaz de formar cidadãos com compreensão da realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho (Moura, 2010).

Seguidos os anos, em 2017 o sistema educacional sofre uma contrarreforma através da Lei Nº 13.415/2017, sendo contrária ao Ensino Médio Integrado, prejudicando a classe trabalhadora que mais uma vez se vê longe de uma educação básica pública e de qualidade (Santos, 2019). Prevalece mediante a todo esse contexto a dualidade da educação brasileira, pois as escolas no âmbito estadual tentam reproduzir o que acontece nas escolas privadas, que atuam de forma a direcionar os alunos ao vestibular para ingresso no ensino superior, deixando de lado a formação integral. Já a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica⁹ visa a formação integral, trabalhando para manter a qualidade do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

A relação do trabalho com a educação é indissociável, a história da educação marcada pela dualidade tem consequências na sociedade contemporânea (Santos, Jesus, Andrade, 2020), deve-se levar em consideração que a relação do trabalho manual com o intelectual é indissociável para uma formação politécnica tão almejada nos dias de hoje.

Nesse contexto, destaca-se a educação politécnica ou tecnológica. É o termo criado por Karl Marx como proposta de materializar um projeto de educação de superação da dualidade entre formação profissional e

⁹ Criada em 2008 pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, também conhecida por Rede Federal, constituiu-se em um marco na ampliação, interiorização e diversificação da Educação Profissional e Tecnológica no país.



educação propedêutica. Para isso, é necessário que as reflexões apresentadas estejam alicerçadas nas transformações que vêm ocorrendo na sociedade, no mundo do trabalho e, consequentemente, na organização do sistema de ensino (Santos, 2019, p.09).

É necessária uma nova organização do currículo escolar, possibilitando a formação humana, integral, omnilateral e politécnica. Conforme Santos, Jesus, Andrade (2020, p. 14):

[...] é necessário se pensar em formas de ultrapassar esta lógica capitalista, construindo embates sólidos para contrapor às formas de produção, e a partir das bases conceituais de educação politécnica e trabalho como princípio educativo, implementar alternativas para a superação da dualidade estrutural e educacional, ainda presentes no contexto educacional.

Ainda segundo os autores:

É preciso construir meios possíveis para a implantação dos ideais da politecnia. A travessia a essa realização é necessária na estrutura de sociedade. É preciso “engendrar o novo no velho”, trazendo uma expectativa de avanço rumo à educação politécnica e, assim, resistir às concepções fundamentadas na perspectiva da fragmentação da formação, voltadas majoritariamente para a “pedagogia das competências” (Santos, Jesus, Andrade, 2020, p. 14).

O desafio agora é viabilizar essa formação, a sociedade contemporânea precisa pensar em novas formas de evoluir o processo de ensino-aprendizagem, superar a dualidade estrutural da educação brasileira que ainda existe.

O ENSINO MÉDIO INTEGRADO

O Ensino Médio Integrado (EMI) foi regulamentado pelo Decreto nº 5.154/2004, que foi criado devido a necessidade de tentar eliminar a dualidade que existe entre o ensino médio propedêutico e a Educação Profissional. Muitos debates foram realizados por todos os seguimentos da sociedade evidenciando que se fazia necessário a criação de novas políticas públicas educacionais na tentativa de reparar o desmonte que o Decreto nº 2.298/97 que fez na educação brasileira, quando separou o ensino médio da Educação Profissional. Amaral (2021, p. 306), afirma que o desmonte não foi de todo reparado:



[...]a regulamentação, através do Decreto nº 5.154 de abril de 2004 que ampara a oferta de ensino médio integrado à educação profissionalizante, não revogou o decreto anterior, mas absorveu suas medidas. A novidade foi a regulamentação que amparou estados da federação a criarem uma rede de escolas para o ensino médio integrado ao profissionalizante.

Entre 2004 e 2014, aconteceram muitas mudanças educacionais, nesse tempo a opção da elite governante brasileira foi pelo modelo de ajustamento econômico capitalista mundial, adotando medidas neoliberais para nortear o Ensino Médio e a Educação Profissional (Amaral, 2021).

Até o início do século XXI, as propostas educacionais existentes não tinham o eixo centrado na formação integral do indivíduo, a Educação Profissional não visava a construção de um sujeito emancipado, pois esse tipo de sujeito não era relevante para o capitalismo, ou seja, quanto mais alienado mais perto estava o sujeito de atender as demandas do sistema capitalista (Souza, 2021).

Contudo, considerando que o trabalho é inerente a formação humana, e que tem como princípio educativo que o ser humano é produtor da sua própria realidade e sujeito da sua própria história, compreende-se que a formação simplesmente para o mercado de trabalho não atende a necessidade de uma formação integral. A formação integral é uma formação por inteiro, objetivando a omnilateralidade, ou seja, uma formação completa. Sendo assim, a educação propedêutica e a Educação Profissional devem ser inseparáveis (Lopes, 2020). Há uma necessidade de romper com o dualismo que sempre existiu na educação brasileira e ainda é uma luta na atualidade, principalmente o dualismo que existe entre a educação básica e a Educação Profissional.

Compreendemos que o EMI se configura como um dos elementos que mais tem a contribuir para a superação dessa dualidade. Portanto, todas as investigações que discorram sobre o tema são relevantes, uma vez que podem contribuir para a constituição de um EMI mais significativo e alinhado às demandas proletárias. (Souza, 2021, p. 107).

O ensino médio vinculado à Educação Profissional, é idealizado de forma a unir os conhecimentos gerais e específicos, de forma democrática, excluindo o dualismo, evidenciando não somente uma formação para o mercado de trabalho, mas preparando o indivíduo para a vida, para serem capazes de refletirem e agirem sobre os problemas em



sua realidade social. Nessa perspectiva se faz necessário um currículo integrado, articulando trabalho e ensino, prática e teoria.

A Medida Provisória (MP) nº 746/2016 que constituiu-se na Lei nº 13.415/2017, proporcionou a Reforma do Ensino Médio, que adota a partir de então a nomenclatura “Novo Ensino Médio”, inviabilizando a continuação da oferta do EMI por parte dos governos estaduais, e pressionando os Institutos Federais (IFs) sobre a continuidade da oferta, uma vez que, não podem retirar totalmente essa oferta dos IFs, porque esses fazem parte da rede federal de ensino e por isso possuem uma autonomia pedagógico-administrativa. Essa lei também define que o currículo do Ensino Médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por itinerários formativos¹⁰, é um documento que define os direitos e objetivos de aprendizagem e também os componentes curriculares obrigatórios. Essa reforma foi definida por muitos autores como mais um retrocesso para a educação da classe trabalhadora, reforçando a dualidade estrutural existente e proporcionando o sucateamento de conteúdos nesta etapa de ensino (Santos, 2021). No tocante a BNCC, foi elaborada em etapas separadas, uma etapa em 2017 que abarcou a Educação Infantil e Fundamental e outra etapa em 2018 referente ao Ensino Médio, atendendo evidentemente as alterações da LDB/1996 no que se refere a reforma do Ensino Médio. Com relação aos itinerários formativos são compostos da seguinte forma:

[...] linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional, compondo 40% da carga horária do currículo e ficando à escolha dos jovens a opção entre um destes itinerários. Os outros 60% da carga horária curricular, conforme já previsto na BNCC (2018), destinam-se à base curricular comum, sendo a Língua Portuguesa e a Matemática disciplinas obrigatórias. As demais estão diluídas em áreas de conhecimento, ou seja, perdem a autonomia e a especificidade. (Santos, 2021, p.08).

Nessa mesma discussão, Santos (2021, p. 16) ressalta que:

[...] uma das críticas à reforma e que desconstrói a real possibilidade de escolha dos jovens, foi o limite das possibilidades de oferta dos eixos formativos pelas redes estaduais de educação já que, conforme a Lei, cabe a estas garantir a oferta de, no mínimo, dois dos itinerários.

¹⁰ Os itinerários formativos são considerados como conjuntos de unidades curriculares, que devem ser ofertados pelas escolas e redes de ensino, para que os educandos possam aprofundar os conhecimentos se preparando para o futuro. Nesse entendimento, os educandos escolhem temas de sua preferência com objetivos pessoais ou de preparação para o mercado de trabalho.



Nesse sentido, a organização do ensino médio precisa oferecer aos educandos, a capacidade de compreender os fundamentos das diversas técnicas utilizadas no sistema de produção. Não é somente formar técnicos especializados, mas sim politécnicos. Essa politecnicidade deve ser entendida como o domínio dos fundamentos científicos referente às técnicas utilizadas no sistema de produção moderno. Sendo assim, a educação de nível médio deve se concentrar em proporcionar bases fundamentais à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes (Saviani, 2007).

Mesmo com a expansão do EMI, por estar vinculado às competências dos governos estaduais, ainda é uma oferta bastante limitada. Sem falar nas diversidades enfrentadas para sua implantação, conforme explica Amaral (2021, p. 324):

[...] também, o seu processo de construção, não é homogêneo, pois as diferenças regionais e os interesses políticos, eleitorais e econômicos, dos grupos que governam o ente federativo, apontam caminhos distintos entre as concepções e preceitos emanados dos documentos oficiais e o tratamento dado à implementação do ensino médio integrado.

Devido a isso, a educação brasileira sofre permanentemente reformas, porque a educação é um instrumento de formação humana, o capitalismo necessita dessas reformas constantes para limitar a crise estrutural do capital. É nesse entendimento, que o capital utiliza a educação como ferramenta aos interesses financeiros, a ideia é controlar, treinar, adestrar moralmente o trabalhador (Amaral, 2021). O projeto de EMI tem sido implantado diante de um reformismo educacional, cujas mudanças não causam transformação na estrutura social, e sim colaboram para o atendimento das demandas do capital sobre o trabalho.

A educação profissionalizante faz parte da expansão de políticas públicas, essa demanda tem sido terceirizada por meio do setor privado, nesse contexto os investimentos por parte do governo federal foram diminuídos, prejudicando as instituições educacionais públicas e comprometendo a qualidade da oferta dessa modalidade de ensino. Mais uma vez, está reforçada a dualidade da educação:

O que está em curso é a reafirmação da velha dualidade estrutural da educação e, em seu interior, a potencialização para novas dicotomias: formação geral *versus* formação especializada, educação propedêutica *versus* educação profissional, ensino regular *versus* ensino profissionalizante. (Amaral, 2021, p.338).



A Reforma do Ensino Médio, que ocorreu pela Lei nº 13.415/2017, atendeu a classe dominante brasileira, mediante um discurso de contenção de gastos, foi implantado o plano de congelamento de investimentos, e mais uma vez os setores atingidos foram: educação, saúde e assistência social. Nesta ótica, Amaral (2021, p. 340) enfatiza que “no contexto das políticas de arrocho financeiro, o governo implantou, com anuência do Congresso Nacional, um plano de congelamento dos investimentos do Estado brasileiro através da PEC do Teto de Gastos”.

Em face dessa contingência, educação, saúde e assistência social são setores que atingem em cheio a classe trabalhadora. Como se não bastasse, veio a Reforma Trabalhista através da Lei 13.467/2017 que flexibilizou abertamente a relação entre empregadores e empregados, permitindo negociações sobre jornadas de trabalho, remunerações, planos de carreiras, férias, entre outros. Vários direitos trabalhistas foram retirados, nesse contexto a educação continua a ser alvo do capital que necessita movimentar a economia. Conforme Amaral (2021, p. 341):

a flexibilidade significa menos obrigações dos capitalistas para com o trabalhador, isto é, exige-se um trabalhador qualificado e produtivo, no entanto, com menor custo. Isso implica na redução dos direitos do trabalho, precarizando as condições da classe trabalhadora.

O ensino médio e o ensino profissional se tornam fatores de desenvolvimento socioeconômico do Brasil, neste caso o trabalhador mais uma vez perde para o capital. Com a flexibilização das leis trabalhistas, o mercado de trabalho exige trabalhadores cada vez mais qualificados e produtivos e com mão-de-obra mais barata.

É necessário resgatar o objetivo de uma formação omnilateral no espaço educativo, para cumprir com a finalidade do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional. Se a realidade impõe a necessidade dessa integração, as condições em que essa necessidade se constitui, já se transformou em uma obrigação ética, política e social, o ensino médio precisa ser desenvolvido em uma base unitária para todos. Somente assim será possível pensar em uma formação integral para uma nova realidade (Frigoto, Ciavatta, Ramos, 2012).

Portanto a expansão do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional técnica ainda não contempla uma universalização. Somente quando as condições da sociedade forem atendidas de acordo com a ideia de uma educação para todos e a Educação



Profissional for pensada realmente de forma politécnica e tecnológica é que será efetivada uma educação universal, pública, gratuita, laica e de qualidade (Moura, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a breve revisão de literatura sobre a temática A Educação Profissional: a dualidade do Ensino Médio Integrado na contemporaneidade, cujo objetivo foi destacar os desafios enfrentados pelo Ensino Médio Integrado diante do dualismo na educação brasileira e respondendo ao objetivo, elencamos os seguintes desafios: propostas educacionais cujo eixo não está centrado na formação integral do indivíduo; a Educação Profissional ainda não contempla a construção de um sujeito emancipado; necessidade de um currículo integrado, articulando trabalho e ensino, prática e teoria; o retrocesso para a Educação Profissional ocasionada pela BNCC que reforça a dualidade estrutural existente e proporciona o sucateamento de conteúdos no ensino médio; a utilização da educação como ferramenta aos interesses financeiros atendendo às demandas do capitalismo; terceirização da Educação Profissional para o setor privado e diminuição dos investimentos por parte do governo federal que prejudica a qualidade do ensino profissionalizante.

A educação foi dividida e fragmentada ao logo da história, devido a forma de desenvolvimento da sociedade no que se refere a organização do modo de produção capitalista. Essa dualidade tão discutida nesse artigo é resultado de um processo histórico-social. Nessa perspectiva a Educação Profissional que deveria atender ao desenvolvimento do ser humano em sua totalidade, na verdade está atendendo às necessidades do sistema.

A Educação Profissional nas escolas públicas, tem evidenciado propostas de reestruturação, qualificação e ampliação, mas essas mudanças não são prioridades para o governo, nem sequer estão na lista de prioridades. A integração entre o ensino médio e a Educação Profissional Técnica é urgente, é *sine qua nom*¹¹ pensar em uma formação integral que aprecie de forma indissociável o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. E que essa formação seja oferecida a todas as classes sociais sem nenhuma distinção ou discriminação.

¹¹ *Sine qua nom* é uma expressão latina que significa “indispensável”.



Mudanças ainda são necessárias para que a integração entre ensino médio e Educação Profissional e Tecnológica seja realmente efetiva, deve-se reconhecer que alguns passos já foram dados nessa direção. No âmbito estadual as mudanças ainda estão tímidas, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Piauí e Minas Gerais são alguns dos estados que estão ampliando a oferta da Educação Profissional integrada ao ensino médio. Minimizar a dicotomia que existe no modelo de ensino da educação básica brasileira não é uma tarefa fácil, por isso frequentemente se discute a implementação de uma Educação Profissional integrada com o objetivo de uma formação integral do indivíduo. O EMI é uma ferramenta que possibilita a formação integrada dos educandos, pensando na politecnicidade e na omnilateralidade e não envergado às regras do capital e da classe dominante.

Nesse contexto, o ensino médio vinculado à Educação Profissional se torna uma necessidade real mediante o contexto social da atualidade, além do mercado de trabalho demandar qualificação, é cada vez mais precoce a inserção de indivíduos nesse mercado. Uma formação de qualidade busca atender integralmente o ser humano, para que ele seja capaz de se tornar um profissional crítico, reflexivo, e consciente do seu lugar na sociedade e ciente a respeito das interferências que os sistemas político e econômico podem influir sobre sua vida e sobre a sociedade. Não há dúvida que a Educação Profissional e Tecnológica está enfrentando lutas, de um lado a educação comprometida com a classe trabalhadora no sentido de uma construção completa e do outro a necessidade do trabalho como meio de produzir a existência. Fica claro o impasse em que se encontra atualmente o Brasil no tocante a políticas públicas educacionais. Por fim, as leituras remetem a uma análise coletiva da situação atual para pensar nos próximos passos em direção a um ensino médio efetivamente integrado à Educação Profissional e Tecnológica.

REFERÊNCIAS

AMARAL, George. **Educação Profissional, Ensino Médio e crise do capitalismo contemporâneo no Brasil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/YkhJTPw545x8jwpGFsXT3Ct/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 10/11/2022.



BRASIL. *Decreto nº 2.208*, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 17 de abril de 1997. **Disponível em:** <<https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>>. Acesso em 19/11/2022.

BRASIL. *Decreto nº 5.154*, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 23 de julho de 2004. **Disponível em:** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em 19/11/2022.

BRASIL. *Lei nº 5.692*, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: 11 de agosto de 1971. **Disponível em:** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em 19/11/2022.

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Disponível em:** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 19/11/2022.

BRASIL. *Lei nº 13.415*, de 16 de fevereiro de 2017. Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Disponível em:** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm>. Acesso em 19/11/2022.

BRASIL. *Lei nº 13.467*, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Disponível em:** <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 23/11/2022.

BRASIL. *Medida Provisória nº 746*, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. **Disponível em:**



<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>>. Acesso em 19/11/2022.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. v. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. **Disponível em:** <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://amures.org.br/wp-content/uploads/2022/08/1349631_Antonio_Gramsci___Cadernos_do_carcere___vol_II.pdf>. Acesso em 19/11/2022.

LOPES, Maria Eduarda Gomes; LIMA, Andreza Maria. Currículo integrado no ensino médio integrado. *Revista Espaço do Currículo*. João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 300-315, 2020. **Disponível em:** <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/46073>>. Acesso em 10/11/2022.

MOURA, Henrique Dante. Ensino Médio e educação profissional dualidade histórica e possibilidade de integração. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 58-79.

SANTO, Silvana Casais do Espírito. A Educação Profissional diante da dualidade da sociedade brasileira: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. *Estudos IAT*. Salvador, v. 06, n. 1, p. 3-18, 2021. **Disponível em:** <<http://estudosiat.sec.ba.gov.br/index.php/estudosiat/article/view/265>>. Acesso em 10/11/2022.

SANTOS, Juliane dos; JESUS, Lucas Antonio Feitosa de; ANDRADE, Luiz Gustavo da Silva Bispo; SILVA, Maria Silene da. Dualidade Educacional e formação politécnica: aproximações ao debate teórico. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*. Natal, v. 1, p. 1-16, 2020. **Disponível em:** <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9355>>. Acesso em 10/11/2022.

SANTOS, Franciele Soares dos; MARTINS, Suely Aparecida. Novo Ensino Médio: consequências e perspectivas para a formação dos jovens. *Revista Pedagógica*. Chapecó, v. 23, p. 01-27, 2021. **Disponível em:** <<https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5786>>. Acesso em 10/11/2022.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, v. 12, n. 34, p. 152-180, 2007. **Disponível em:** <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=html&lang=pt#>>. Acesso em 14/11/2022.

SOUZA, Everton de; BENITES, Larissa Cerignoni. Ensino Médio Integrado: em busca da utopia da formação integrada. *Revista Labor*. Fortaleza, v. 1, n. 25, p. 105-120, 2021. **Disponível em:** <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/58720>>. Acesso em 10/11/2022.



Como citar este artigo (ABNT)

TAISSUM, H. C. S; BRETTAS, A. C. F. **Educação profissional e tecnológica: A dualidade do ensino médio integrado na contemporaneidade.** Revista Iniciação & Formação Docente, Uberaba, MG, v. 10, n. 1, p. XXX-XXX, 2023. Disponível em: <inserir link de acesso>. Acesso em: inserir dia, mês e ano de acesso. DOI: inserir link do DOI.

Como citar este artigo (APA)

TAISSUM, H. C. S; BRETTAS, A. C. F. (2024) **Educação profissional e tecnológica: A dualidade do ensino médio integrado na contemporaneidade.** Revista Iniciação & Formação Docente, X(X), XXX-XXX. Recuperado em: inserir dia, mês e ano de acesso de inserir link de acesso. DOI: inserir link do DOI.